

técnico sobre as medidas cabíveis diante da situação excepcional vivenciada pelo Conselho. Destacou, contudo, que tal consulta não impediria a realização de atividades preparatórias, como estudos sobre o regimento interno e discussões relativas ao funcionamento do colegiado. Lucas, representante da Casa Civil, apresentou-se aos presentes e colocou-se à disposição para colaborar com o Conselho durante o novo mandato, visando à regularização da atuação do órgão dentro do e sociedade civil. Prosseguindo o debate, Germano destacou que a presença dos representantes do Governo na reunião possibilita a construção de novos encaminhamentos conjuntos. Propôs a criação de uma comissão composta por representantes da gestão que se encerrava e da gestão que assumirá o próximo mandato, com o objetivo de acompanhar os trâmites administrativos e garantir a continuidade das atividades do Conselho até a regularização da situação. Cristiane manifestou-se quanto à necessidade de consulta jurídica prévia. Citando dispositivos do regimento interno, argumentou que eventuais omissões normativas devem ser resolvidas pela própria plenária do Conselho. Mencionou o artigo 60, que prevê a deliberação plenária nos casos omissos, bem como o artigo 21, § 2º, que estabelece a soberania da plenária e a possibilidade de deliberação por maioria simples dos presentes. Sustentou que a própria reunião em curso possuía legitimidade para deliberar sobre os encaminhamentos necessários, incluindo questões relativas à posse dos novos conselheiros ou à continuidade das atividades institucionais. Na mesma linha, foi destacado que o mandato dos atuais conselheiros se encerrava naquela data, o que criava uma situação de vácuo institucional caso não houvesse definição sobre posse ou extensão excepcional do mandato. Foram debatidas diferentes possibilidades, entre elas a realização imediata da posse dos novos conselheiros ou a extensão temporária dos mandatos vigentes, visando à regularização da atuação dos atos pendentes. Mônica reforçou que o Conselho possui atividades em andamento que não podem ser interrompidas, incluindo desdobramentos de audiência pública recente, acompanhamento de casos de violações de direitos humanos e articulações junto à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa. Ressaltou que a proteção e promoção dos direitos humanos no Estado não podem aguardar indefinidamente a solução das pendências administrativas, sendo necessário construir uma solução institucional que preserve a continuidade dos trabalhos do Conselho. Patrícia esclareceu que, desde a conclusão da eleição, a Secretaria Executiva tem buscado contato com a Casa Civil e outros setores responsáveis pelas publicações oficiais, enfrentando dificuldades decorrentes das exonerações ocorridas no período. Registrou que somente na semana anterior havia sido possível estabelecer contato com um representante da Casa Civil, reforçando que os atrasos não decorreram de inércia da Secretaria Executiva, mas de obstáculos administrativos. Mônica explicou que a comunicação por mensagens e e-mails nem sempre é suficiente, uma vez que muitos conselheiros não acompanham regularmente as atas ou correspondências encaminhadas. Salientou ainda que o Conselho deve funcionar de forma coletiva, cabendo a cada conselheiro compreender suas atribuições e responsabilidades, não concentrando todas as demandas na Presidência. Em seguida, Sandra questionou o conselheiro Lucas, representante da Casa Civil, sobre as possibilidades de auxílio para a publicação da ata. Lucas explicou que o Governo do Estado atravessava um momento atípico, em razão da substituição temporária do governador e das alterações ocorridas na estrutura administrativa da Casa Civil. Informou que mais de cem servidores haviam sido substituídos, que a equipe responsável pelas publicações fora reestruturada e que todos os atos do Governo dependiam de análise da Casa Civil, o que gerava grande volume de demandas e atrasos. Acrescentou que, apesar da continuidade do processo e tentando colaborar, mas que, diante das mudanças internas, encontrava dificuldades para identificar os responsáveis e impulsionar a publicação. Na sequência, foi ressaltada a importância de consulta à Assessoria Jurídica da Secretaria de Direitos Humanos. Argumentou-se que um parecer jurídico formal daria maior legitimidade ao processo, oferecendo segurança administrativa e jurídica para a publicação da ata e para as decisões subsequentes. Também foi destacado que a obtenção desse parecer não impediria a adoção de outras medidas pelo Conselho, podendo os procedimentos ocorrer paralelamente. Representantes do poder público manifestaram preocupação quanto à realização da posse sem a definição formal das representações governamentais, considerando as recentes mudanças nas secretarias estaduais. Foi observado que parte significativa dos representantes governamentais ainda não havia comparecido à reunião e que, naquele momento, não havia quórum suficiente para deliberações. Debatu-se a necessidade de encaminhamento formal ao Governador do Estado e à Casa Civil solicitando prioridade na publicação da ata. Foi destacado que, embora contatos telefônicos já tivessem sido realizados, a formalização por meio de ofício fortaleceria o processo administrativo e permitiria registrar oficialmente a preocupação do Conselho com a demora na publicação. Mônica manifestou entendimento de que o Conselho deveria seguir o que dispõe o Regimento Interno, ressaltando que, até aquele momento, já haviam transcorrido quase trinta dias desde o encaminhamento da documentação para publicação. Argumentou que o Conselho não poderia permanecer paralisado diante da ausência de resposta da Casa Civil e que a situação excepcional vivida pelo Estado não poderia impedir o funcionamento do órgão. Defendeu, portanto, a posse dos novos conselheiros, sem prejuízo da continuidade das providências administrativas e jurídicas. Outros conselheiros concordaram com a necessidade de avançar com a posse, embora reconhecessem a fragilidade jurídica decorrente da ausência de publicação. Também foi sugerida a criação de um Grupo de Trabalho para estudar e propor atualizações ao Regimento Interno, além da inclusão de informes sobre audiências públicas realizadas recentemente. Durante o debate, foi novamente destacada a inexistência de quórum para qualquer deliberação, seja para a posse dos novos conselheiros, seja para eventual extensão dos mandatos vigentes. Diante dessa situação, alguns participantes manifestaram preocupação com a recorrente ausência de quórum nas reuniões, observando que o comprometimento dos representantes é fundamental para o funcionamento adequado do Conselho. Na sequência, foi apresentada interpretação jurídica segundo a qual a publicidade dos atos administrativos poderia ser garantida por meios alternativos ao Diário Oficial em situações excepcionais, como publicação por edital, divulgação em sites eletrônicos oficiais, portais de transparência e redes institucionais. Defendeu-se que tais mecanismos seriam suficientes para assegurar a publicidade dos atos até que a publicação oficial fosse efetivada. Em contraposição, foi relatado que outros conselhos estaduais já enfrentaram problemas decorrentes da ausência de publicação no Diário Oficial, inclusive com perda de mandatos, motivo pelo qual se considerava prudente buscar também manifestação formal da Procuradoria-Geral do Estado. Foi ressaltado que um parecer da Procuradoria possui natureza institucional e confere maior segurança jurídica que análises individuais de advogados ou conselheiros. Diante das discussões, consolidou-se o entendimento de que, uma vez alcançado o quórum necessário, o Conselho deveria deliberar sobre a sua duas alternativas possíveis: a posse dos novos conselheiros ou a extensão dos mandatos vigentes. Também foi ressaltada a necessidade de discutir a composição da Presidência e da Vice-Presidência para o próximo período, bem como a possibilidade de ampliação da Mesa Diretora, tema que vem sendo debatido pela sociedade civil. Foi realizada a leitura da Lei Complementar nº 138 de 30 de junho de 2010 de Parágrafo Único. O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos através de voto por maioria absoluta, sendo alternado o cargo de Presidência e Vice-presidência entre poder público e sociedade civil dentro de uma mesma gestão, ficando um ano para cada mandato sem recondução. Com esta formação o poder público e sociedade civil foram realizar um diálogo acerca da próxima gestão da Presidência e vice-presidência. Destacou-se a importância de que todos os conselheiros tenham acesso a essa disposição legal e regimental, desejando-se êxito aos futuros representantes que assumirão as funções no Conselho. Com a chegada de novos conselheiros, foi anunciada a possibilidade de alcance do quórum necessário para a realização das deliberações. Diante desse cenário, iniciou-se a discussão sobre os encaminhamentos, especialmente quanto à posse dos novos conselheiros e à definição dos cargos de direção do Conselho. Foi sugerida a realização de uma breve

reunião separada entre os representantes da sociedade civil e, igualmente, entre os representantes do poder público, para que cada segmento pudesse discutir internamente possíveis indicações para a Presidência e a Vice-Presidência. Argumentou-se que tal procedimento contribuiria para fortalecer as candidaturas apresentadas e evitar 189 fragilidades políticas no processo de escolha, considerando que a votação realizada pela reunião em conjunto não foi suficiente para definir-se que havia quórum. Diante disso, alguns participantes defenderam que o Conselho avançasse imediatamente para a posse dos novos membros. Por fim, foi lembrado que havia dois encaminhamentos principais pendentes de deliberação pelo plenário. Dando continuidade aos trabalhos, iniciou-se o debate acerca das propostas relacionadas à transição de mandato do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Rio de Janeiro (CEDDH/RJ). Foi esclarecido que a deliberação sobre a prorrogação dos atuais mandatos e a posse dos novos conselheiros deveria ser realizada apenas pelos conselheiros do mandato vigente, uma vez que os conselheiros eleitos ainda não haviam tomado posse. Em seguida, foram apresentadas as duas propostas em discussão: a primeira, referente à prorrogação do mandato atual, e a segunda, referente à posse imediata dos conselheiros eleitos. Durante os debates, foi esclarecido que a posse deveria ocorrer para todo o colegiado, incluindo representantes da sociedade civil e do poder público, não havendo a possibilidade de momentos distintos de posse. Foi registrado que algumas secretarias e órgãos já haviam encaminhado ofícios confirmando seus representantes, enquanto outros ainda precisariam ser novamente contatados. Também foi informado que, em razão da recriação da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a Polícia Civil deixaria de ocupar assento próprio no Conselho, retornando essa representação à referida Secretaria, conforme o plano oficial expedido. Após a discussão, iniciou-se o processo de votação. A proposta de prorrogação do mandato recebeu apenas um voto favorável do Conselheiro Luciano França (Frente Estadual pelo Desencarceramento), enquanto a proposta de posse dos novos conselheiros recebeu sete votos favoráveis, sendo aprovada pela maioria (Christiane Leite Souza da Silva da Rede Nacional de Mães e Fam. de Vitimas de Violência de Estado; Andréa Maia Guimarães da Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL; Ana Paula Soeiro do Inst. Nelson Mandela; Dilecia Quintela da Rocha Quintela de Moraes - UBM; Herbert da Saúde do Movimento Negro Unificado RJ; Monica de Alkimim Moreira Nunes do Movimento Nacional de Direitos Humanos e Paulo Henrique do Movimento Parem de Nos Matar). Dessa forma, foi declarada a posse dos novos conselheiros do CEDDH/RJ para o mandato correspondente. Na sequência, passou-se à eleição da Chapa da presidência e vice-presidência do Conselho. Foi informado por Eliane Almeida, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SEDSODH), que representantes da Defensoria Pública e da Secretaria de Estado de Saúde manifestaram não ter interesse em assumir a presidência, enquanto outros órgãos não apresentaram resposta. Diante disso, foi anunciada pela atual presidente Patrícia de Oliveira da Silva (Movimento Nacional de Direitos Humanos RJ) e pela Vice-presidente Eliane Almeida (SEDSODH), que o presidente e o vice-presidente seriam eleitos através de voto por maioria absoluta, sendo alternado os cargos entre poder público e sociedade civil dentro de uma mesma gestão, ficando um ano para cada mandato, sem recondução. Eliane Almeida indicou para sua substituição, pelo segmento do poder público, a senhora Maira Almeida, coordenadora da política de programas de proteção à vida, considerada apta para conduzir os trabalhos relacionados à temática. Pela sociedade civil, foi indicada Christiane Leite para ocupar a chapa como vice-presidente. Submetida a votação dos conselheiros empossados, a chapa composta por Maira Almeida e Christiane Leite para a presidência e vice-presidência, respectivamente, foi eleita para o mandato de 2026 sem que houvesse nenhum voto contrário. Em seguida, iniciou-se discussão sobre a composição da Mesa Diretora. Foi apresentada proposta de ampliação da Mesa Diretora, sob o entendimento de que presidência e vice-presidência não deveriam exercer isoladamente as funções de direção do Conselho. Entretanto, diante do avanço da hora e considerando que a nova presidência acabaria de ser eleita, diversos conselheiros manifestaram o entendimento de que o tema deveria ser aprofundado e deliberado em reunião posterior. Também foi destacado que a matéria não constava expressamente na pauta e que os representantes precisariam consultar suas respectivas bases antes de deliberar sobre a questão. Dessa forma, prevaleceu o entendimento de que a discussão acerca da Mesa Diretora deveria ser retomada em reunião futura. Na sequência, foram apresentados informes sobre a audiência pública realizada em 28 de abril, que tratou dos programas de proteção a defensores e defensoras de direitos humanos, deliberada anteriormente pelo Conselho. Informou-se que, durante a audiência, foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho interinstitucional destinado a acompanhar e aprofundar as discussões relativas aos programas de proteção, incluindo o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, o Provita e o PP-CAM. Foi comunicado que a primeira reunião desse Grupo de Trabalho interinstitucional ocorreria em 28 de maio, às 14 horas, local Ministério Público Federal. Paralela ao CEDDH/RJ com o Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República Júlio Araújo. Também foi relatado que diversos ofícios haviam sido encaminhados a órgãos públicos solicitando informações sobre os programas de proteção, mas que não houve resposta da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos solicita sempre atas das reuniões para encaminhar resposta de ofício relacionados ao Tema. Informou-se que, mesmo após o encaminhamento de esclarecimentos fundamentados na legislação e no regimento interno do Conselho, a Secretaria reiterou a exigência de apresentação da ata da reunião que deliberou sobre o envio dos ofícios antes de prestar as informações solicitadas. Registrou-se que essa questão também será objeto de debate no âmbito do Grupo de Trabalho interinstitucional. Foram indicados para integrar o Grupo de Trabalho interinstitucional, com representação do Conselho, Conselheira Patrícia de Oliveira, Conselheira Eliane Almeida, Conselheira Lia Siqueira, Conselheira Mara Domingos, Conselheira Sandra da Silva, Conselheira Aparecida Carvalho, coordenadora da política de programas de proteção à vida, Atual Presidente do Conselho Maira de Almeida; ainda sugerida a participação de Fabíola, da Frente pelo Desencarceramento senhora Fabíola Cordeiro, Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), da Defensoria Pública da União Thales Arcoverde Treiger, da Coordenadora do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Senhora Monica Alkimim, Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro Dra. Fernanda Vieira, Procurador da República no Ministério Público Federal (MPF), Julio José Araújo Júnior, a Articulação estadual de proteção a defensores e defensoras de DHs do estado do RJ Fransérgio Goulart, Coordenador-Geral do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos Comunicadores e Ambientalistas Senhor, Igor Martini, Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Graziela Sereno. Prosseguindo com os informes, foi apresentada atualização sobre a Comissão Temporária de Construção da Política Estadual de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao avanço de células neonazistas no estado. Foi relatado que a comissão, embora ainda sem recomposição formal após o processo eleitoral do Conselho, continua recebendo demandas e denúncias, incluindo recente caso ocorrido em Teresópolis relacionado à propagação de discurso de ódio. Informou-se que a presidente da Comissão Temporária de Construção da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), seria realizada reunião virtual no dia seguinte, às 11 horas, para tratar do tema, podendo resultar em novas agendas e diligências no município de Teresópolis. Também foi informado que está sendo elaborado um relatório consolidado das atividades da gestão anterior do Conselho, com o objetivo de preservar a memória institucional e disponibilizar aos conselheiros informações sistematizadas sobre os trabalhos realizados. Ademais, comunicou-se que a reunião da Mesa Diretora do CEDDH/RJ em atividade da Rede de Conselhos, prevista para ocorrer em Brasília nos dias 7 e 8 de junho, oportunidade em que serão debatidas questões relacionadas à criação e ao fortalecimento de fundos voltados às políticas de direitos humanos. Por fim, diante da impossibilidade de avançar em todas as pautas previstas em razão do horário, foi sugerida a realização de uma reunião extraordinária em aproximadamente dez a quinze dias, para tratar dos temas pendentes, es-

pecialmente a composição da Mesa Diretora e a reorganização das comissões e grupos de trabalho do Conselho. Ficou encaminhado que a data será discutida e pactuada entre os conselheiros por meio dos canais de comunicação do colegiado. Prosseguindo os debates acerca da realização de uma reunião extraordinária para tratar das pautas pendentes do Conselho, foram apresentadas sugestões para que o encontro ocorresse no prazo de dez a quinze dias. Durante a discussão, foi ressaltado que as manifestações apresentadas naquele momento possuíam caráter de transição e sugestões para o encaminhamento de deliberação definitiva por parte da mesa ou de qualquer conselheiro. Alguns participantes destacaram a importância de que a definição da data ocorresse de forma coletiva, envolvendo também os conselheiros recém-empossados e aqueles que não estavam presentes na reunião. Foi esclarecido que a intenção era apenas dar encaminhamento à sugestão anteriormente apresentada, sem qualquer imposição ou definição unilateral. Reforçou-se ainda o espírito de cooperação entre os conselheiros, destacando-se a trajetória conjunta de atuação em defesa dos direitos humanos e a necessidade de manter o diálogo respeitoso durante o processo de transição entre as gestões. Foi registrado o entendimento de que, embora houvesse posicionamentos favoráveis à definição imediata da data, deveria prevalecer a construção coletiva da agenda, garantindo a participação dos novos integrantes do colegiado. Ficou acordado que a consulta seria realizada posteriormente pelos canais oficiais de comunicação do Conselho. Encerradas as discussões sobre os encaminhamentos administrativos, não havendo novas deliberações, os conselheiros foram convidados a aguardar os trabalhos da reunião. Processo nº SEI-310001/004163/2026.

PATRICIA DE OLIVEIRA
Presidente CEDDH/RJ

Id: 2758572

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
E DIREITOS HUMANOS
CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
DO RIO DE JANEIRO**

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos - CEDDH/RJ, órgão colegiado permanente e autônomo, de caráter consultivo, instituído pela Lei Complementar nº 77/1993, alterado pela Lei Complementar nº 138/2010. Iniciada no horário das 14h, no dia 10 de Junho de 2026, realizada presencialmente no Auditório do Secretária: Pauta: 1) Aprovação da Ata do dia 08/04/2026 e 13/05/2026; 2) Relatório transição; 3) SEI-310001/002465 - Consulta PGE; 4) Rede Nacional de Conselhos de Direitos Humanos; 5) Organização administrativa, formalização de solicitações diversas, organização SEI e atribuições; 6) Secretaria Executiva; 6) relatórios das Comissões; 7) Eleição das Comissões; 8) Mesa Diretora; 9) Reunião PPDDH; 10) Planejamento do Conselho; 11) Formação para homens do Conselho; 12) Informes Gerais. Representantes da Sociedade Civil Biênio 2024-2026: Ivanir Mendes dos Santos (Rede Nacional de Mães e Fam. de Vitimas de Violência de Estado); Andréa Maia Guimarães (Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL); Ana Paula Soeiro (Instituto de Cultura e Consciência Negra Nelson Mandela); Fabíola Cordeiro Matheus (Frente Estadual pelo Desencarceramento); Dilecia da Rocha Quintela (União Brasileira de Mulheres - UBM); Carlos Alberto M. Alves (Movimento Negro Unificado RJ); Patrícia de Oliveira da Silva (Movimento. Nacional de Direitos Humanos); Paulo Henrique (Movimento Parem de Nos Matar). Representantes do Poder Público Biênio 2024-2026: Lucas Abreu de Oliveira (Casa Civil). Representantes da Sociedade Civil Biênio 2026-2028: Ivanir Mendes dos Santos (Rede Nat. de Mães e Fam. de Vitimas do Terrorismo); Sandra da Silva (Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL); Dilecia da Rocha Quintela (Coletivo solidário Corrente do Amor); Juliana Sanches Ramos (Rede de Comunidade e Mov. Contra Violência); Lia Maria M. Siqueira (associação Redes de Deserv. Da Maré); Aparecida Maria Santos Pontes Carvalho (Instituto Tereza de Benguela de D.H.); Maria Lúcia a. Domingos (Mov. Nac. das Cidadãos Positivas); Sobr Oliveira da Silva (Fed. Das Ass. de moradores de Miracema); Carlos Alberto M. Alves (Mov. Negro Unificado); Débora de Almeida (Fed. De Mulheres do Estado do RJ); Patrícia de Oliveira (SESP). A reunião foi iniciada pela Presidente, Maira de Almeida, que cumprimentou os presentes e solicitou que os conselheiros e conselheiras se apresentassem para conhecimento mútuo. Informou ser advogada, Coordenadora dos Programas de Proteção à Vida da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, estando iniciando suas atividades como Presidente do CEDDH/RJ. Acrescentou que também preside o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e integra o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Em seguida, os participantes realizaram suas apresentações. Sandra Aleixo informou ser Presidente da União Nacional das das Ekedes, Yarobas, Camboas e Makotas - UNDEKE. Representantes do Poder Público Biênio 2026-2028: Maira Féres Trigo de Almeida - (SEDSODH); Def. Lucas Aparecido Alves Nunes (DPGE); Edileuzia da Cruz Silva Santos (SEEDUC); Lucas Abreu de Oliveira (Casa Civil); Sabrina Pacheco (OAB); Desemb. Antônio José (SESP). A reunião foi iniciada pela Presidente, Maira de Almeida, que cumprimentou os presentes e solicitou que os conselheiros e conselheiras se apresentassem para conhecimento mútuo. Informou ser advogada, Coordenadora dos Programas de Proteção à Vida da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, estando iniciando suas atividades como Presidente do CEDDH/RJ. Acrescentou que também preside o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte e integra o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas. Em seguida, os participantes realizaram suas apresentações. Sandra Aleixo informou ser Presidente da União Nacional das das Ekedes, Yarobas, Camboas e Makotas - UNDEKE, integrante do Fórum de Mulheres de Matriz Africana e bacharel em Direito, destacando ser sua primeira participação no Conselho representando a sociedade civil. Lucas, Defensor Público, informou ter assumido recentemente a Subcoordenação do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos - NU-DEDH, relatando sua trajetória na Defensoria Pública, incluindo atuação na tutela coletiva em Petrópolis, colocando-se à disposição do colegiado. Antônio José Pereira Carvalho, Desembargador e Corregedor-Geral da Secretaria de Estado de Segurança Pública, informou estar presente como representante titular indicado pelo Secretário de Estado. Sábina Pacheco apresentou-se como advogada, integrante da Comissão de Direitos Humanos e Assistência Judiciária do Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Rio de Janeiro, representando a instituição no Conselho. Mara, representante do Movimento Nacional das Cidadãs Positivas no Estado do Rio de Janeiro, informou integrar o Conselho juntamente com Sandra Aleixo e participar do Comitê de Ética em Pesquisa da Fiocruz e do Instituto Nacional de Infectologia. Aparecida Pontes apresentou-se como integrante do Instituto Tereza de Benguela, onde exerce funções de diretora, secretária executiva e tesoureira. Informou residir na Baixada Fluminense, em Nova Iguaçu, e possuir formação em Administração. Edileuzia, representante da Secretaria de Estado de Educação, informou atuar na área do Ensino Religioso e declarou ser sua primeira participação no CEDDH/RJ, ressaltando positivamente a diversidade presente no colegiado. Carol Souza, representante da organização da sociedade civil Favela ONG, relatou coordenar projeto de educação popular voltado à inclusão de jovens e adultos nos estudos, ingresso em universidades e cursos técnicos, informando ser bacharel em Direito e mãe de gêmeos, Andréia Maia, representante da Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL, apresentou-se como Coordenadora Regional Sudeste da entidade, formada em Marketing e empresária. Juliana Sanches informou ser advogada criminalista e pesquisadora, representando a Rede Contra a Violência, movimento protagonizado principalmente por mães e familiares de vítimas da violência estatal. Relatou atuar no fortalecimento jurídico das organizações vinculadas ao movimento e esclareceu estar presente na reunião em substituição ao suplente da Mesa Diretora. Patrícia de Oliveira apresentou-se como representante do Movimento Nacional de Direitos Humanos e integrante do Movimento Candelária Nunca Mais. Relatou ter participado da construção do Conselho e da elaboração da legislação que instituiu o CEDDH/RJ, destacando que seu irmão foi sobrevivente da Chacina da Candelária. Ressaltou a importância histórica e política do Conselho e informou ter exercido anteriormente sua presidência. Fabíola Cordeiro informou representar a Frente Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e a Rede Nacional de Agenda Nacional pelo Desencarceramento e a Rede Nacional de Mães e Familiares de Vítimas do Terrorismo de Estado. Relatou possuir formação em Ciências Sociais, mestrado em Saúde Coletiva e doutorado em Sociologia, destacando sua atuação como pesquisadora, ativista e defensora de direitos humanos. Dilecia Quintela apresentou-se como representante do Coletivo Solidariamente e integrante da Coalizão de Luta pela Memória, Verdade, Justiça e Reparação, atuando